

ATA N.º 46/2014

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 15 minutos

Encerramento: 17 horas e 23 minutos

No dia vinte e três do mês de outubro de dois mil e catorze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e dez minutos, o senhor Carlos António Pinto Coutinho, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Carla Ferreira Gonçalves
Augusto José Ferreira Marques
Catarina Pinheiro Vale
Domingos dos Santos
José Mateus Rocha
Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, em substituição de José Rodrigues da Avó

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e quinze minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	Divisão Municipal de Gestão Financeira Gestão e Controle do Plano e Orçamento Bases para elaboração do Orçamento para o ano de 2015		

Secretariou o chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, em regime de substituição, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

02- Divisão Municipal de Gestão Financeira

Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 1 – BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou que o processo de construção do Orçamento e das Grandes Opções foi iniciado há cerca de quatro semanas atrás, sendo que a documentação disponibilizada na presente reunião perspetiva a avaliação duma ou outra situação que se entenda, visando a elaboração da proposta final, a ser apreciada e eventualmente aprovada pelo Executivo na reunião ordinária do próximo dia vinte e sete do mês em curso.

Disse que o Orçamento é obviamente construído tendo por base as médias dos dois últimos anos no que respeita ao cálculo da Receita, e no que diz respeito à Despesa, foi tido em linha de conta o histórico, bem como algumas situações que resultam do conhecimento da Câmara Municipal e da perspetiva para o próximo ano.

Observou que embora o Orçamento esteja limitado pelo facto de a Câmara Municipal não ter ainda dados que permitam perceber quais são as capacidades de apresentar candidaturas no âmbito do próximo QEC (Quadro Estratégico Comum), tem a expectativa de que alguns dos objetivos possam vir a ser financiados.

Referiu que em função do conhecimento que a Câmara Municipal teve da proposta de Orçamento de Estado, as transferências quer do Fundo Social Municipal, quer do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) aumentam a Receita do Município de Benavente em sessenta e oito mil, cento e vinte e nove euros, montante que diz respeito a uma repartição de 2,15% que está consignada na Lei das Finanças Locais, com uma limitação de 5%, quer para baixo, quer para cima, e de mais cento e sessenta e sete mil, quinhentos e quatorze euros na participação de 5% do IRS (Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares).

Recordou que acresce à Despesa uma verba próxima dos cento e doze mil euros, a reverter para o FAM (Fundo de Apoio Municipal).

Relativamente aos **Impostos Diretos**, deu nota que agendadas que estão as suas propostas para a próxima reunião do Executivo, estas apontam no sentido de manter a participação de 5% no IRS, manter o lançamento duma derrama correspondente a 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros e de 0,5% de taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse aquele montante, e baixar a taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para 0,38%.

Realçou o decréscimo de cerca de 2% que as empresas já beneficiam no IRC, e clarificou que a proposta de descida da taxa de IMI fica condicionada à evolução futura das receitas dos impostos, e conhecido que é que, a partir de dois mil e dezasseis, o IMT (Imposto Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) irá desaparecer gradualmente, tratando-se dum imposto que tem um peso significativo no equilíbrio do orçamento municipal.

Afirmou que traduzindo-se a proposta de descida da taxa de IMI em algum benefício para a população, configura também um decréscimo da receita municipal, devendo ser tido ainda em conta o desaparecimento das isenções temporárias, que entretanto vão terminando, bem como a descida, para 50%, do benefício fiscal dos fundos de investimento.

Referiu que o documento ora em discussão contém o montante de dezasseis milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e dois euros tanto do lado da **Receita**, como do lado da **Despesa**, situação que resulta do equilíbrio corrente, relevando para o mesmo a média anual da dívida bancária que, no caso concreto, se situa em trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos, e que acresce à despesa corrente.

Mencionou que situando-se o **Saldo de Equilíbrio** em setecentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, há que ter bem presente que no que respeita às rubricas com **Financiamento não definido** no montante de dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos euros, estão englobados

quatrocentos e cinquenta mil euros de Despesas Correntes, valor que passará a fazer parte da Despesa quando for afetado o Saldo do exercício de dois mil e catorze.

Deu nota que no que concerne ao parque escolar, a Câmara Municipal tem o objetivo de concluir a intervenção nas escolas do primeiro ciclo que, embora tenham estado condicionadas por uma evolução do crescimento demográfico inferior à que estava prevista, devem constituir uma preocupação do Executivo, dado que atualmente apresentam alguma assimetria.

Realçou outras preocupações que estão presentes na proposta de Orçamento em apreço, nomeadamente no que diz respeito à dinamização cultural, fazendo incidir a mesma nos recursos quer da Câmara Municipal, quer das coletividades e associações e de todos aqueles que podem intervir, criando alguns hábitos e retomando a aposta na divulgação e na periodicidade das iniciativas municipais, embora obviamente com a contenção que é necessária.

Considerou que a manutenção dos caminhos e arruamentos é um dos grandes desafios dos próximos anos, dado tratar-se de quilómetros e quilómetros de arruamentos que vão necessitar de intervenção, havendo que aferir até que ponto existem condições, do ponto de vista financeiro, para fazer face a uma exigência de tal dimensão. Contudo, crê ser correto o caminho que a Câmara Municipal tem vindo a seguir de, todos os anos, ir afetando algumas verbas que permitam ir de encontro às situações mais graves.

Observou que a Câmara Municipal continuará a tentar fazer a renovação da sua frota automóvel, parecendo-lhe ser uma gestão importante, dado que, no futuro, poderão ser diminuídos alguns custos com as manutenções e os consumos, que já vão sendo bastante significativos.

Referiu o apoio ao movimento associativo e às IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), com a concretização de alguns projetos que estão em curso, bem como a necessidade de intervenção nos balneários do campo de futebol da Murteira, em Samora Correia, que são bastante deficitários e não possuem as condições necessárias, para além de outro conjunto vasto de intervenções que estão previstas no Orçamento, importando ter presente que alguns dos objetivos de desenvolvimento do Município de Benavente estão dependentes dos fundos comunitários.

No que concerne ao **Resumo do Orçamento**, as Receitas de Capital, no montante de oitocentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta e sete euros, são bastante diminutas em função da alteração já ocorrida no ano transato, em que 90% das transferências do Orçamento de Estado passaram a ser consideradas como Receitas Correntes, e do facto de que concluído que foi o QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), não está ainda implementado o novo quadro comunitário.

Explicitou alguns dos montantes do **Resumo do Orçamento por Capítulo**, quer no respeito às Receitas, quer às Despesas, e clarificou que do Total das Despesas de Capital não consta ainda a verba de dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos euros inscrita no Financiamento não definido.

Relativamente ao **Detalhe da Receita**, e no que respeita às **Transferências Correntes** recordou que o montante de quinhentos e dezassete mil, quatrocentos e seis euros, inscrito na Conservação e Reabilitação de Estradas Desclassificadas – PRN 2000, resultou de um compromisso que foi estabelecido com a Estradas de Portugal para a desclassificação da Estrada Nacional 118-1 e através do qual, à data, tinha ficado prevista uma verba para a respetiva manutenção por quilómetro, cujo pagamento aquela entidade não cumpriu, tendo a Câmara Municipal interposto uma ação que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Mencionou que os Impostos Indiretos apresentam também um valor reduzido, devido à pouca dinâmica na construção civil.

Acrescentou que o montante de trezentos e cinquenta mil euros proveniente do Instituto de Emprego e Formação Profissional diz respeito aos projetos das medidas de emprego/inserção executados pela Câmara Municipal.

Clarificou que o montante de cinquenta mil euros inscrito em **Outras Receitas Correntes – Diversas** resulta do histórico e refere-se a uma série de mini rubricas que se agrupam, sendo que aquando da elaboração do Relatório do Orçamento Municipal, procurar-se-á identificar a respetiva correspondência nas GOP (Grandes Opções do Plano), à semelhança do montante de duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e três euros inscrito no **Detalhe da Despesa** na rubrica **Outros bens**.

Iniciando a análise do Detalhe da Despesa, recordou que a rubrica **Encargos de cobrança de receitas** diz respeito à taxa de 2,5% que cabe ao Serviço de Finanças pela liquidação e cobrança dos **Impostos Diretos** da Câmara Municipal, à exceção da Derrama.

Deu nota que o montante de quatrocentos mil euros inscrito na rubrica **Sociedades financeiras – Bancos e outras instituições financeiras**, correspondente ao pagamento do serviço da dívida bancária, no final de dois mil e quinze deverá situar-se perto do milhão de euros, sendo que a verba de cento e setenta e cinco mil e setecentos euros inscrito na rubrica **Restituições** prende-se, nomeadamente, com situações de garantias bancárias que a Câmara Municipal acionou, bem como com a devolução de cerca de trinta e um mil euros de fundos do QREN, referente a acertos, nomeadamente do *top-up* (mecanismo através do qual os pagamentos intermédios e os pagamentos do saldo final são aumentados em dez pontos percentuais acima da taxa de cofinanciamento aplicável a cada Eixo Prioritário, sem exceder 100%, a aplicar ao montante das despesas elegíveis inscritas de novo em cada declaração de despesas certificada, apresentada até ao fim do período de programação).

Afirmou que a Câmara Municipal tem tido uma contenção muito grande na Despesa, dado que face à descida acentuada da Receita, só assim foi possível estabelecer o equilíbrio corrente.

Referiu a entrada significativa de cerca de cento e cinquenta pessoas no âmbito dos programas de inserção (que têm o objetivo social, por parte do Executivo, de proporcionar uma melhoria nos rendimentos das famílias, com alguma dignidade e através da prestação de trabalho útil), sendo que a integração desses trabalhadores é complicada e é preciso fazer um esforço para a conseguir, muitas vezes com a intervenção direta dos vereadores a tempo inteiro, porque face ao número de trabalhadores que saíram, nomeadamente na área operacional, a estrutura da Câmara Municipal está com algumas debilidades em termos de quadros intermédios.

Contudo, a Câmara Municipal procura desenvolver determinados trabalhos que considera importantes, como é o caso do objetivo de fechar alguns passeios na malha urbana, e tratando-se de administração direta, alguns dos materiais utilizados acabam por ser integrados nas rubricas da conservação, entre outras, e que sofreram um aumento significativo comparativamente ao Orçamento de dois mil e catorze para dois mil e treze.

Considerou que essa ação da Câmara Municipal é positiva, dado que praticamente configura investimento, porque embora as verbas respetivas entrem obviamente nas Despesas Correntes, por outro lado é um trabalho que tem uma durabilidade muito grande, tratando-se de realizações que deveriam ser consideradas como capital.

No que concerne às **Grandes Opções do Plano**, e mais concretamente ao objetivo **Educação**, disse que a **Educação pré-escolar** tem capacidade para que todas as crianças dos três aos cinco anos possam ter lugar na oferta pública, importando somente tratar de algumas conservações.

Relativamente ao **Ensino básico**, realçou as verbas constantes dos projetos das escolas EB1 n.º 1 de Benavente e de Samora Correia, que visam alguma eventual revisão de preços, bem como a verba inscrita no projeto SALUTE, sobre o qual

brevemente será apresentado um relatório à Câmara Municipal para inteirar o Executivo do que representa.

Deu nota que a Câmara Municipal assumiu com os Agrupamentos de Escolas o compromisso de, na interrupção letiva da Páscoa, resolver a questão da **Climatização (ar frio) dos Centros Escolares de Benavente e de Samora Correia**.

Acrescentou que os duzentos e cinquenta mil euros inscritos na rubrica de **Requalificação e ampliação da escola EB1 do Porto Alto** é um valor estimado que resultará do que vier a ser definido pela Carta Educativa.

Fez referência aos projetos de substituição de diversas coberturas em fibrocimento, sendo que as respetivas verbas constituem ainda Financiamento não definido.

Acerca do objetivo **Património, Cultura e Ciência**, transmitiu que foram reforçadas algumas rubricas, nomeadamente no que se refere ao **Apoio às atividades das coletividades e associações** e ao **Apoio à realização de festas tradicionais e religiosas**.

Afirmou que é intenção da Câmara Municipal proceder à aquisição de algumas edições para o projeto **Edições de obras – Município** que se encontram esgotadas de momento e que, segundo crê, são documentos interessantes para quem visita o Município de Benavente e que mostram um pouco da identidade do concelho.

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES, pedindo o uso da palavra, disse ser também intenção do Executivo fazer uma edição das pinturas de Átila Ramos e uma da importante recolha de fotografias de Santo Estêvão doadas por pessoas locais.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, considerou necessário fazer algum investimento nas **Aquisição de periódicos – Jornais e revistas**, porque embora não se justifique fazê-lo à escala do que sucedia há quatro ou cinco anos, deve existir um diário desportivo, um diário generalista e uma revista em cada uma das bibliotecas municipais.

Transmitiu que relativamente à **Divulgação de atividades culturais**, a Câmara Municipal está a analisar com a AR – Águas do Ribatejo a possibilidade de distribuição da agenda cultural, hipótese que não está fácil, mas que seria um bom veículo que chegaria seguramente a todas as casas e, em princípio, sem grandes custos, porque a experiência da distribuição feita através dos CTT é a de que é feita com pouco critério. Disse que a Câmara Municipal tem recursos internos com boas condições para desenvolver algumas exposições (área que deve constituir uma aposta continuada do Executivo) quer com artistas que já estão fidelizados, quer com temáticas que fazem parte da cultura do concelho.

Considerou que as tasquinhas, o mercado mensal e a feira anual de Benavente carecem de alguma intervenção no que respeita à animação, à forma como os espetáculos acontecem e à interligação que deve existir e que, de alguma forma, é condicionada pelo próprio espaço, estando a Câmara Municipal a avaliar da possibilidade de, através dum projeto PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), definir um espaço alternativo para aquele objetivo, ou apostar no espaço atual e tentar melhor as condições de funcionamento.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, explicitou que a verba de dezasseis mil euros inscrita na rubrica de **Conservação** visa a manutenção das cortinas de fogo (cerca de catorze mil euros) e de barras de projetores (dois mil euros) para o Cineteatro de Benavente e para o Centro Cultural de Samora Correia.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, observou que apesar daqueles espaços não serem muito antigos, o equipamento de som e luz é praticamente o mesmo do início e, acusando algum desgaste, há necessidade de proceder à sua substituição.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ MATEUS ROCHA observou que efetivamente já se apercebera da qualidade deficitária do som em determinados espetáculos a que teve oportunidade de assistir.

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES referiu que embora a mesa de mistura do Cineteatro de Benavente tenha avariado no fim de semana anterior, o equipamento funcionou bem até ao momento e as manutenções internas vão sendo feitas. Contudo, com mais de dez anos de utilização contínua, é normal proceder às reparações possíveis e à atualização das restantes, em termos da tecnologia disponível, sendo esse o esforço que a Câmara Municipal pretende desenvolver, para além das duas cortinas de fogo, que são um problema que já se mantém há algum tempo e, por questões de segurança, é essencial que, muito rapidamente seja tratado, estando os respetivos orçamentos já formalmente avaliados.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando a palavra, disse que a verba de vinte e cinco mil euros inscrita na rubrica **Outras iniciativas culturais e recreativas** visa o objetivo de, com alguma periodicidade, a Câmara Municipal poder ter, ao longo do ano, uma dezena de espetáculos de música e de dança no Cineteatro de Benavente e no Centro Cultural de Samora Correia, sempre numa intervenção alternativa e que, de alguma forma, possam complementar a que já é feita pelos parceiros do Município.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, clarificou que o montante de vinte e oito mil, quinhentos e trinta e seis euros, inscrito na rubrica **Transferências para as Juntas de Freguesia**, resulta do facto de se ter enquadrado aqui os Espaços Internet.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, e no que concerne ao objetivo **Tempos Livres e Desporto**, referiu a intenção da Câmara Municipal de, através do PRODOR, tentar arranjar verba para a rubrica **Construção dos balneários no Polivalente de Santo Estêvão**, orçada em setenta e cinco mil euros.

Deu nota da necessidade de requalificar os balneários do pavilhão de Samora Correia e das piscinas municipais de Benavente e de Samora Correia, objetivos que lhe parecem importantes.

Quanto ao objetivo **Ação Social**, considerou que a rubrica **Apoio à construção de nova creche – Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias no Porto Alto** é a mais relevante, com a inscrição de noventa mil euros para conclusão daquela obra.

No que respeita ao objetivo **Habitação, Ordenamento do Território e Urbanização**, realçou o programa **Habitação** e a verba inscrita na rubrica **Locação de habitações – PROHABITA**, bem como as rubricas que foram abertas na perspetiva da Câmara Municipal poder ter intervenção com alguma dimensão na habitação social.

Deu nota do programa **Ordenamento do Território** e os respetivos projetos de revisão do Plano Diretor Municipal e do estudo de mobilidade para as freguesias de Benavente e Samora Correia.

No que respeita ao objetivo **Indústria e Energia**, e nomeadamente ao programa **Energia**, disse tratar-se duma área na qual a Câmara Municipal pretende aferir da possibilidade de intervir na eficiência energética

Relativamente ao objetivo **Equipamento Rural e Urbano**, e mais concretamente no que concerne ao projeto **Arborização de logradouros, ruas e praças e aquisição de**

flores e plantas ornamentais, realçou que irá aguardar pelo resultado da afetação do Saldo do ano em curso e, se houver possibilidade, reforçar-se-á esta rubrica.

Realçou que embora a Câmara Municipal pretenda desenvolver, por administração direta, as ações **Novos passeios na Freguesia de Benavente, de Samora Correia, de Santo Estêvão e da Barrosa**, constantes do projeto **Construção de novos passeios** (programa **Ruas e arruamentos**, objetivo **Comunicação e Transportes**), tal poderá ter lugar através duma pequena empreitada, razão pela qual se encontram inscritas as verbas constantes das Grandes Opções do Plano.

Referiu os custos bastante elevados do projeto **Informatização dos Serviços** (programa **Aquisição**, objetivo **Equipamento de Serviços**), realçando que da verba de oitenta mil euros inscrita na ação **Software informático**, cinquenta mil euros são fixos.

Observou que a verba de cento e cinquenta mil euros inscrita no projeto **Aquisição de material de transporte** é já insuficiente, porquanto a Câmara Municipal pretendia comprar uma viatura de nove lugares para os transportes escolares, uma camioneta de dezanove toneladas com grua, duas viaturas ligeiras e, eventualmente, mais uma carrinha ligeira.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, alertou para o facto da manutenção dos semáforos não estar considerada no projeto **Conservação/manutenção da rede viária e sinalização** (programa **Rede viária e sinalização**, objetivo **Comunicação e transportes**), sendo necessário considerar essa ação como plurianual para poder lançá-la agregada com a CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo).

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, deu nota que a verba de quarenta e cinco mil e seiscientos euros inscrita na ação **Comunicações Fixas de Voz e dados** (projeto **Comunicações**, programa **Despesas Correntes**, objetivo **Serviços Gerais da Autarquia**) já representa um esforço com o efeito de escala a nível da CIMLT, sendo que se refere a um ajuste direto pelo período de dois anos, por forma a permitir que os contratos fidelizados das diversas câmaras municipais cheguem ao fim e todos os compromissos que eventualmente possam existir sejam eliminados, após o que será então lançado um concurso que, segundo a sua expectativa, permitirá descer um pouco aquele valor.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, clarificou que o grande aumento da verba relativa à ação **Comunicações Fixas de Voz e dados** não se prende com a comunicação fixa, mas sim com a comunicação de dados (VPN), estando incluída nesta mesma proposta a manutenção dos ativos de rede (routers e funcionamento da própria rede).

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, disse que em resultado dos objetivos das Grandes Opções do Plano, não sendo nada de extraordinário, o Orçamento apresenta dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos euros que não estão financiados pela Receita do ano de dois mil e quinze, tendo que contar com o Saldo do exercício de dois mil e catorze.

Acrescentou ter a expectativa que do montante de dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos euros, um milhão de euros (ou um pouco mais) possa ser alocado nos fundos comunitários, fazendo uma gestão um pouco mais apertada para gerar mais alguns recursos, porque tem o objetivo de, no final de dois mil e quinze, manter um saldo de cerca de dois milhões de euros, dado que será em dois mil e dezasseis que se avançará em força para os fundos comunitários, sendo

então necessário que a Câmara Municipal tenha condições financeiras para se candidatar a tudo o que seja possível.

Concluiu, afirmando que apesar de ser necessário proceder à substituição das mesas de controlo das piscinas municipais, equipamento de já tem uns anos significativos, cada uma delas orça os trinta e cinco mil euros, montante a que acresce ainda o IVA, pelo que esse objetivo não está ainda considerado na presente proposta de Orçamento.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse não ter nada a referir quanto à **Receita**, a não ser a observação de que a recolha de resíduos sólidos e respetiva deposição em aterro sanitário é uma atividade que continua a dar prejuízo ao Município.

O SENHOR PRESIDENTE observou que está já previsto um aumento de dez por cento no tarifário da recolha de resíduos sólidos, cuja atualização será apreciada no decurso do mês de novembro.

Referiu que considerando o aumento que a Câmara Municipal irá propor para a recolha de resíduos sólidos, associado ao aumento da tarifa do saneamento (que é da responsabilidade da AR – Águas do Ribatejo), estar-se-á a falar num valor médio de trinta e três a trinta e quatro cêntimos para o primeiro escalão e pouco mais de cinquenta cêntimos para o terceiro escalão.

Afirmou que a Câmara Municipal tem o objetivo de ir diminuindo o diferencial que existe atualmente entre a receita proveniente da tarifa e os encargos com a recolha e deposição dos resíduos sólidos, procurando recuperar um pouco na Receita, mas tentando também atacar no lado da Despesa, nomeadamente com outras soluções na deposição, estando a ser estudada a possibilidade de efetuar a recolha integrada com outros municípios.

Acrescentou que sendo certo que nenhuma câmara municipal gosta de aumentar as tarifas, o caminho que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) está a prosseguir aponta para a convergência tarifária num período de cinco anos, pelo que se a Câmara Municipal fizer o necessário ajustamento do lado da Despesa e do lado da Receita progressivamente, os municípios não irão sentir o choque.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, retomando o uso da palavra, e ainda relativamente à **Receita**, disse haver concordância na taxa de IRS e na derrama, e observou que embora a descida da taxa do IMI proposta pela Câmara Municipal, enquanto tal e por si só, já seja uma medida importante, tendo em conta que no próximo ano terminam as cláusulas de salvaguarda no pagamento daquele imposto (facto que vai ser mais penoso para os contribuintes), que permitiam a divisão das prestações que estavam previstas, crê que a proposta poderia eventualmente baixar mais um ponto ou dois, numa medida que tenha algum reflexo nos bolsos dos municípios.

No que à **Despesa** diz respeito, questionou se a verba de sessenta mil euros inscrita na **rubrica 02 010202** diz respeito a horas extraordinárias no cumprimento de funções. Quanto à **rubrica 02 020101**, que diz respeito às matérias-primas e subsidiárias, e uma vez que não há descrição das mesmas nas GOP, questionou do que se trata.

Considerou que a rubrica dos **Combustíveis e lubrificantes** constitui uma fatia enorme no Orçamento e, sendo a despesa com **Gasóleo** superior a quinhentos mil euros e desconhecendo qual é a forma de controlo do depósito, disse ser importante ter uma relação das viaturas e da utilização daquele combustível, perceber quem é que abastece as viaturas e, se possível, ter uma ideia dos litros de gasóleo que já foram gastos nos primeiros dez primeiros meses do ano, para poder fazer o devido cruzamento com os quilómetros feitos, porque crê ser possível criar alguma poupança.

Questionou igualmente a que se refere os três mil e quinhentos euros inscritos na **rubrica 02 02010299** (Outros), a qual também não está refletida nas GOP, bem como os quarenta mil euros inscritos na **rubrica 02 020112** (Material de transporte – Peças) e os quarenta e cinco mil euros inscritos na **rubrica 02 020114** (Outro material – Peças), uma vez que não há correspondência dessas rubricas nas Grandes Opções do Plano.

No que concerne à **rubrica 02 020121** (Outros bens), que tem inscrita a verba de duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e três mil euros, dos quais cento e sessenta e três mil e quinhentos euros estão definidos nas Grandes Opções, havendo uma diferença de cento e nove mil, quinhentos e trinta e três euros, considerou tratar-se dum valor um pouco elevado e embora concorde que haja junção de uma série de mini rubricas, seria de todo importante tentar reduzi-lo mais um pouco, definindo metade desse valor nas Grandes Opções do Plano.

Tendo o senhor presidente, na anterior reunião ordinária do Executivo, prestado o esclarecimento que lhe foi solicitado acerca da verba de cento e quarenta mil euros inscrita na rubrica relativa a **Estudos, pareceres, projetos e consultadoria**, e melhor analisado que foi esse esclarecimento, considerou que a totalidade dessa verba devia estar refletida nas Grandes Opções do Plano, quando apenas lá estão dez mil euros para um estudo de mobilidade de Benavente e Samora Correia, não se podendo enquadrar a restante quantia na rubrica **Outros**.

Referiu que não está também definida nas Grandes Opções do Plano a diferença de cerca de setenta mil euros entre o montante de setenta e nove mil euros inscrito na **rubrica 02 020220** (Outros trabalhos especializados) e as verbas constantes das GOP de cinco mil euros para divulgação de atividades culturais e mil e quinhentos euros para a edição de obras, e tendo isto de Outros trabalhos especializados muito que se lhe diga, questionou a que se destina aquele diferencial, crendo ser fundamental estar também discriminado nas Grandes Opções do Plano.

Quanto à **rubrica 02 02022503** (Diversos), julga que a Câmara Municipal deveria tentar também reduzir para metade a diferença de cem mil euros entre o montante que está nas GOP e o que não está, para não ser tão abstrato.

Questionou se o montante de quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e três euros inscrito na **rubrica 02 07010405** (Parques e jardins) respeita também a renovações de parques já existentes.

Referiu que, relativamente ao novo quadro comunitário, acha importante que a Câmara Municipal desenvolva qualquer iniciativa que vise ir junto dos empresários para os alertar para as candidaturas que vão existir e, com eles, poder preparar essas mesmas candidaturas, uma vez que a maior fatia é mesmo para as empresas.

Realçou que embora exista a NERSANT (Associação Empresarial da Região de Santarém), a Câmara Municipal é o parceiro preferencial para as empresas neste tipo de atividades, podendo eventualmente disponibilizar técnicos para o efeito.

Questionou qual a razão do Executivo optar pela compra de viaturas, em detrimento do ALD (aluguer de longa duração), produto escolhido por tantas câmaras municipais, dado que tem um custo fixo e a gestão da frota cabe à empresa, não havendo qualquer tipo de preocupação com avarias, entre outros problemas, sendo que no final do contrato são fornecidos novos veículos.

Acrescentou que crê que fazendo as contas ao que é gasto com a compra das viaturas, os aborrecimentos que dão e as avarias que começam a ter ao longo dos anos, provavelmente estará em causa o mesmo valor, e com um custo controlado, sendo de opinião que a Câmara Municipal poderia pedir propostas para ter ideia do que pode acontecer.

Opinou que o Orçamento poderia ser um bocadinho mais ambicioso, e nomeadamente no tema do turismo, tal como já falou na anterior reunião do Executivo, e disse que receia que a Câmara Municipal possa perder cada vez mais tempo com a preparação e o desenvolvimento de um trabalho junto de todos aqueles que têm que intervir nesta

vertente, em vez de avançar em força para uma estratégia que possa divulgar o Município para o exterior, possa captar investimento privado e que a Câmara Municipal possa, de uma vez por todas, associar-se a empresas e a promotores de eventos para tentar puxar uma série de atividades que possam desenvolver a economia do Município, porque muitas vezes não representam um custo acrescido, mas apenas um trabalho de relações públicas que o presidente (ou alguém por ele) faz nos fóruns que julgar convenientes.

O SENHOR PRESIDENTE disse que a rubrica das **horas extraordinárias** foi uma das áreas onde a Câmara Municipal procurou reduzir significativamente os seus encargos com o pessoal, e explicitou que as horas extraordinárias que se encontram refletidas na verba inscrita dizem respeito a um conjunto de situações às quais o Executivo tem que dar resposta, nomeadamente as que se prendem com a recolha dos resíduos sólidos urbanos, bem como com o facto de, ao longo dos últimos cinco anos, a Câmara Municipal ter perdido cerca de cento e sessenta funcionários na área operacional, sendo necessário, sobretudo no período de verão, socorrer-se do trabalho extraordinário.

Contudo, o que pesa mais naquela rubrica são questões de carácter permanente, como seja os carros de recolha de resíduos sólidos urbanos, e outras que resultam da necessidade de dar resposta a compromissos no apoio às festas, sendo vulgar que, no período compreendido entre final do mês de abril e o final do mês de setembro, determinadas viaturas trabalhem aos fins de semana.

Acrescentou que comparativamente ao histórico de dois mil e nove, ano em que a Câmara Municipal teve que tomar um conjunto de medidas para conter a Despesa, o valor correspondente às horas extraordinárias foi reduzido a menos de um terço, em resultado também da menor remuneração do preço/hora.

Referiu que os transportes escolares têm também um peso considerável nas horas extraordinárias, porque face à diminuição do número de funcionários, há carrinhas que começam a circular às sete horas da manhã e terminam às dezanove horas, sempre com o mesmo motorista, dado não ser possível recorrer à contratação de pessoal.

Afirmou que sendo certo que a verba de sessenta mil euros inscrita na rubrica das horas extraordinárias pode parecer um valor com algum significado, na dimensão da intervenção da Câmara Municipal acaba por não ter muito peso.

No que refere à multiplicidade de mini rubricas que se agrupam, deixará a necessária explicação para o Dr. Hermínio da Fonseca, sendo que não vê como a Câmara Municipal poderá discriminar os respetivos objetivos um a um.

Reconheceu que, efetivamente, a Câmara Municipal tem um gasto significativo com **Gasóleo**, devendo ser, desde logo, tido em conta que tem um conjunto de carrinhas de transporte escolar que fazem todos os dias muitos quilómetros, tal como os autocarros, para além de um conjunto de máquinas e dos carros de recolha de resíduos sólidos urbanos que todos os dias trabalham e têm consumos avultados.

No entanto, o montante de cerca de quinhentos mil euros não corresponde ao consumo real do gasóleo, porquanto a Câmara Municipal aderiu à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal, tendo o concurso sido lançado com uma estimativa de consumos feita para cada um dos municípios e, em função disso, feita uma adjudicação à qual o Município está vinculada, sendo o valor dessa adjudicação que está refletido no Orçamento.

Afirmou que em termos de controlo, a Câmara Municipal tem uma contabilidade de custos, sendo que em Benavente o abastecimento é feito por cartão com o número da viatura, em que cada motorista introduz a quilometragem. Embora em Samora Correia não seja utilizado o sistema de cartão, o abastecimento é feito pelo funcionário afeto ao estaleiro, que regista os quilómetros de cada viatura através de requisição e faz o controlo diário do número de litros que são consumidos, para depois fazer a

confrontação com o gasóleo que se encontra no depósito, não permitindo haver desvios.

Acrescentou que, para além daquele trabalho, são feitas médias de consumos, sendo que algumas viaturas, dada a sua idade, têm médias significativas, prendendo-se o objetivo de substituição da frota e dos custos de manutenção com esta problemática.

Clarificou que as rubricas relativas a **Material de transporte – Peças** e a **Outro material – Peças** têm a ver com as peças para reparação feitas na oficina da Câmara Municipal, e disse que tendo tido oportunidade de confrontar dados com outros presidentes de câmara, a Câmara Municipal tem custos de manutenção bastante baixos, apesar de ter uma frota envelhecida.

Relativamente à verba significativa inscrita na rubrica **Estudos, pareceres, projetos e consultadoria**, disse que apenas faz sentido colocar nas GOP aquilo que, efetivamente, a Câmara Municipal identifica, sendo que não faz projetos para os ter na gaveta, mas sim em função das possibilidades e elegibilidade desses mesmos projetos.

Referiu que, no âmbito da CIMLT, está ainda a ser desenvolvido a ITI (Intervenção Territorial Integrada), sendo que aquela verba está inscrita naquela rubrica, de prevenção para os projetos que possam ser elegíveis. Exemplificou o objetivo de intervenção nas três escolas, para o qual a Câmara Municipal ainda não tem projeto, desconhecendo quanto este poderá custar e que solução é que irá surgir, apesar de ele próprio ter algumas ideias mais ou menos definidas. Contudo, aquela intervenção resulta de um trabalho de grande envolvimento no qual a comunidade educativa, seja através dos Agrupamentos de Escolas, dos pais ou de um conjunto de entidades que, no Conselho Municipal de Educação, dão o seu contributo para o planeamento de intervenção nesta área, não fazendo sentido colocar naquela rubrica um montante destinado a projetos em concreto.

Sendo a eficiência energética um objetivo fundamental para a Câmara Municipal, passando pela possibilidade de substituição das luminárias na iluminação pública; de substituição da iluminação dos edifícios desportivos e, através das energias alternativas, ter ganhos no aquecimento das águas; de diminuição, nos outros edifícios, das energias reativas, bem como pela possibilidade de, nas zonas verdes e através de sistemas próprios, fazer a monitorização do *stress* hídrico das plantas e a rega ser feita em função dessa monitorização, constitui um projeto ambicioso que tem partilhado como importantíssimo para o futuro do Município, dado que poderá reduzir significativamente a Despesa Corrente em cerca de quinhentos a seiscentos mil euros. No entanto, não irá avançar com aqueles projetos sem saber se serão elegíveis e se terão financiamento, sendo que, apesar disso, não pode deixar de prever as verbas necessárias para avançar assim que haja definições.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, questionou se a rubrica **Estudos, pareceres, projetos e consultadoria** incluiu a prestação de serviços jurídicos à Câmara Municipal.

O SENHOR PRESIDENTE respondeu afirmativamente, sendo que, no entanto, a contratação dos serviços do advogado que presta assessoria jurídica e que representa a Câmara Municipal nos tribunais depende das questões que vão surgindo.

Relativamente à questão da frota e do ALD, transmitiu que tendo sido feito todas as contas possíveis, quer ao nível da Câmara Municipal, quer ao nível da Comunidade Intermunicipal, equacionando também a possibilidade de *renting*, percebeu-se que tais alternativas apenas interessam às empresas municipais para as quais as amortizações são importantes e, em termos contabilísticos, têm outra expressão, não tendo dúvidas dos ganhos que a Câmara Municipal tem adquirindo as viaturas, face às condições que lhe permitem negociar valores que entende serem favoráveis e, mais do que isso, face ao histórico de custos de manutenção, de seguros e de gastos

diversos, como pneus, entre outros, estando em causa um diferencial muito significativo.

Observou que o ALD poderá eventualmente interessar às câmaras municipais que não tenham capacidade financeira.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, disse que o ganho também tem que ser visto na vertente de que um produto como o ALD liberta espaço a quem, na Câmara Municipal, habitualmente se preocupa com o estado das viaturas e com a frota automóvel, porque é a empresa externa que faz a respetiva gestão, para além de que ao fim de oito anos, é sempre garantido um carro em condições ao serviço da Autarquia.

Solicitou que lhe sejam disponibilizadas as contas referidas pelo senhor presidente, por forma a permitir que ele próprio possa demonstrar alguma vantagem daquele produto, se o conseguir.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando a palavra, disse que no seu parque de viaturas a Câmara Municipal possui não só carros ligeiros, mas também um conjunto significativo de tratores e de máquinas, tendo montada uma estrutura que é rentabilizada ao máximo, com a presença de um engenheiro de máquinas que faz o devido acompanhamento e tem que ter os serviços organizados para fazer a gestão quer das máquinas pesadas, quer dos veículos ligeiros, não havendo propriamente um acréscimo significativo de custos nessa vertente.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ MATEUS ROCHA, pedindo o uso da palavra, disse estar plenamente de acordo com o senhor vereador Ricardo de Oliveira, e recordou que ele próprio já tinha defendido o ALD e o *renting* há algum tempo atrás, sendo que, à data, o senhor presidente disse serem soluções que não interessam à Câmara Municipal, porque havia um diferencial enorme.

Observou que as contas efetuadas devem ter em atenção o custo inicial das viaturas, dos seguros, dos pneus e das revisões, e aferir se a Câmara Municipal tem mecânicos para fazer a manutenção dessas mesmas viaturas.

Solicitou que lhe fossem também disponibilizadas as contas feitas pela Câmara Municipal e, se possível, a informação relativa à forma como é controlado o abastecimento do gasóleo e a quilometragem das viaturas.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando a palavra, recordou que já na anterior reunião ordinária do Executivo teve oportunidade de transmitir quais as intenções da Câmara Municipal quanto ao desenvolvimento do turismo no Município.

À semelhança do que já teve oportunidade de referir mais do que uma vez, o trabalho que vai ser desenvolvido naquela área tem que ter credibilidade, não fazendo sentido avançar com o mesmo sem ter um PDM (Plano Diretor Municipal) aprovado e quando os fundos comunitários não estão ainda definidos, porque a Câmara Municipal vai efetivamente envolver os proprietários que têm assentos de lavoura, os empresários, as universidades, a Entidade de Turismo, os agentes de promoção do turismo e alguns investidores que já estão com a Câmara Municipal para projetos vertidos no PDM.

Reiterou que o turismo de natureza é a grande aposta da Câmara Municipal, sendo que todas as outras vertentes virão por acréscimo, tendo os montantes afetos o objetivo de ir buscar alguém desta área que, com o conhecimento necessário, possa ajudar o Executivo a levar por diante o seu projeto.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse que, em sua opinião, a Câmara Municipal devia fazer o caminho inverso e, desde já e para não perder tempo, ter alguém para desenvolver o trabalho de relações públicas e que

faça os contactos junto da imprensa (que não a Rádio IRIS ou O Mirante, mas os canais televisivos), à semelhança do que sucede em muitas câmaras municipais do País, porque é através desse mesmo trabalho que determinadas autarquias conseguem puxar para os seus Municípios tantos eventos ao longo do ano que aparecem na televisão, permitindo trazer milhares de pessoas e, com isso, desenvolver a economia local.

Referiu que há concelhos que apesar de se situarem no interior do País, têm pontos de interesse que atraem os visitantes, enquanto nenhum forasteiro vem passear ao concelho de Benavente.

Manifestou concordância com a afirmação do senhor presidente de que a estratégia para o desenvolvimento do turismo no Município tem que ser pensada. Contudo, tal já devia estar feito e, para além disso, era preciso trabalhar já a questão da imagem da Câmara Municipal para o exterior numa forma mais profissional.

O SENHOR PRESIDENTE disse que, em termos de futuro, não tem dúvidas que a dinamização do turismo de natureza será uma aposta importantíssima para o Município de Benavente, porque esse terá um conjunto de projetos que, pela sua importância e pelo que irão representar, trarão seguramente movimentação para o concelho a uma escala significativa, permitindo que todas as vertentes do turismo aconteçam.

Recordou que já na anterior reunião ordinária do Executivo deu nota que o gabinete de imprensa está a analisar a possibilidade de garantir a presença dos canais generalistas nos dois maiores eventos de verão.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA referiu que atualmente o número de turistas em Lisboa é elevadíssimo, estando todos os hotéis da cidade com uma taxa de ocupação acima dos 90%, e há cada vez mais o turismo de fim de semana, cujo crescimento foi potenciado pelo voos *low cost*.

Observou que os maiores polos hoteleiros de Portugal são Lisboa, Porto e Fátima, sendo que o segredo do desenvolvimento turístico está nos operadores turísticos, e considerou importante conseguir que esses mesmos operadores turísticos vendam pacotes de incluam passeios a Benavente, da mesma maneira que o fazem em relação a Fátima.

O SENHOR PRESIDENTE observou que o projeto da Câmara Municipal tem uma sustentabilidade diferente, porque tendo Benavente um património edificado pouco significativo, em função da falha sísmica e das suas incidências, nomeadamente o terramoto de mil novecentos e nove, que destruiu praticamente tudo o que existia, é na natureza que tem que se apostar, aposta que fez parte da sua campanha eleitoral.

Reiterou que a Câmara Municipal não avançará para esse projeto sem ter dados objetivos, porque o financiador que vier tem que saber o que é que diferencia o concelho de Benavente de outros, diferenciação essa que passa pela ligação ao Alentejo, que é Objetivo 1, área que irá ter fundos comunitários significativos.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA considerou que era importante que se apostasse fortemente no marketing e na projeção do Município para o exterior, independentemente da obtenção de dados objetivos e das reuniões que a Câmara Municipal pretende fazer com os possíveis parceiros.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou que quando fala nas questões do desenvolvimento do turismo, abarca o mercado interno e o mercado internacional, sendo que a Entidade de Turismo do Alentejo tem a visão da marca Ribatejo, que considera importante. Contudo, para fazer efetivamente marketing no exterior, tem que haver escala, pelo que é necessário envolver todos.

Acrescentou que sendo certo que a Câmara Municipal já poderia ter avançado com reuniões desde o princípio do mandato, não há ainda nada palpável que permita que os eventuais interessados acreditem que o turismo de natureza vai ser uma realidade no concelho de Benavente e que, como tal, existem condições para desenvolverem os seus projetos.

Deu a palavra ao Dr. Hermínio da Fonseca, para dê a necessária explicação quanto à multiplicidade de mini rubricas que se agrupam.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, clarificou que no que se refere à **rubrica 02 020101**, na situação da Administração Local, as matérias-primas respeitam só ao *input* para produzir um bem, mas a Câmara Municipal produz muito poucos bens, estando considerados naquela rubrica os materiais que são adquiridos para a carpintaria e para a serralharia, os dois únicos serviços municipais que produzem bens para serem utilizados, e que o são em autoconsumo.

Acrescentou que todos os outros bens adquiridos para reparação são inscritos na rubrica **Outros bens**, de acordo com o classificador do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o que gera depois muito volume em materiais nessa rubrica e, comparativamente, pouco volume na rubrica **Matérias-primas e subsidiárias**.

Referiu que embora estejam inscritos sessenta mil euros na rubrica das horas extraordinárias, a execução aponta para que a verba de cinquenta mil euros seja suficiente.

Explicitou que o peso mais significativo dos três mil e quinhentos euros inscritos na **rubrica 02 02010299** (Outros) diz respeito a carvão utilizado nos refeitórios da Câmara Municipal e no Encontro Concelhio da 3.^a Idade, para além de alguma lenha, cujo valor é residual.

Disse que a rubrica **Outros trabalhos especializados** é reforçada, sendo que na última versão das GOP, esses trabalhos já estão mais distribuídos, estando agora afetos trinta mil euros, à exceção das análises da água das piscinas municipais, o controlo de pragas (que também tem bastante peso) e a questão dos pombos, tratando-se de tipos de serviços que requerem um grau de especialização que a Câmara Municipal não tem.

Observou que aquela rubrica prevê também a contratação de técnicos de uma área muito específica, como foi o caso dos estudos geológicos e das peças desenhadas dos artefactos que foram sendo encontrados nas escavações arqueológicas da Garrocheira.

Especificou que o valor integral de todas as classificações iniciadas por 07 (**Aquisição de bens de capital**) tem que estar obrigatoriamente discriminado no Plano Plurianual de Investimentos.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, considerou que a diferença de cem mil euros sem dotação nas GOP que permanece relativamente à **rubrica 02 020121** (Outros bens) deveria ser mais reduzida.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, retomando a palavra, disse que a dinâmica da gestão autárquica não se compadece com essa situação, porque seria criado um imenso volume de detalhe.

Acrescentou que esse trabalho é difícil, dada a pressão sobre a rubrica **Outros bens**, porque atualmente a reparação é a principal atividade do Município, assim como sobre a rubrica **Conservação de bens**.

Referiu ainda que a rubrica **Diversos** diz respeito a algumas coisas na área da cultura, bem como ao eventual aluguer de alguma máquina ou de alguma viatura por determinado período de tempo, com operador ou condutor.

O SENHOR PRESIDENTE disse que não custaria nada sobre dotar a Receita, encontrando folga para a Despesa, mas os orçamentos têm que ser feitos com rigor, sob pena de se ficar na situação de grande parte das câmaras municipais. Acrescentou que mesmo da forma como a Câmara Municipal de Benavente constrói o seu Orçamento, em setembro ou outubro já se debate com problemas com a dotação das rubricas, sendo que se tivesse um detalhe tal que obrigasse a identificar tudo, a Câmara Municipal paralisava, ou então fazia uma alteração orçamental todas as semanas.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, retomando a palavra, disse que no que respeita às rubricas **02 020112** (Material de transporte – Peças) e **02 020114** (Outro material – Peças), tem havido anos em que se gasta rapidamente numa e não se gasta nada da outra, invertendo-se a situação no ano imediato. Observou que basta que uma motoniveladora necessite de muitas reparações para que a verba da rubrica Outro material – Peças desapareça. Por outro lado, se for uma grande reparação que valorize a máquina em termos de imobilizado ou que lhe aumente o período de vida, essa despesa já é inserida numa das rubricas **02 07** (Aquisição de bens de capital).

O SENHOR VEREADOR JOSÉ MATEUS ROCHA, pedindo o uso da palavra, observou que provavelmente o *renting* evitaria todas essas situações. Contudo, aguardará que lhe sejam disponibilizadas as contas feitas pela Câmara Municipal, para então se pronunciar.

No que respeita ao turismo, realçou que a Câmara Municipal não pode esperar pela conclusão do projeto que tem em mãos para arranjar o concelho e exemplificou que se continua a aguardar pelo Museu do Campino e pela zona pedonal entre Samora Correia e Benavente, sendo que as rotundas (que embora sejam da Estradas de Portugal, a Autarquia pode fazer ali alguma intervenção) continuam no estado que todos conhecem.

Acrescentou que sendo certo que, a nível turístico, o concelho de Benavente não tem muita coisa para vender para além da natureza, do toiro e do cavalo, o embelezamento e ordenamento pode (e deve) ser feito, assim como deve haver um museu aberto ao fim de semana para vender a imagem do Município.

Mencionou a ausência de luz na Estrada da Foz, zona já bastante frequentada por dezenas de munícipes na prática de caminhadas e de ciclismo, opinando que Câmara Municipal deveria ter projetado logo a iluminação daquela zona pedonal aquando da sua construção.

Observou que situando-se o concelho de Benavente a cerca de trinta ou quarenta quilómetros de Lisboa, e embora fosse suposto os Camarinhões serem um complexo de treinos com as medidas necessárias, as estruturas desportivas existentes não têm condições para abarcar uma prova federada, razão pela qual é levado a pensar que os equipamentos que a Câmara Municipal construiu visaram apenas o intuito de mostrar obra feita.

Sendo considerável o peso que têm no Orçamento os subsídios que a Câmara Municipal atribui às coletividades e associações para realização das festas tradicionais, na generalidade, estas são constituídas basicamente por largadas de toiros e tascas a vender cerveja, facto que é constatado por muita gente.

Crê que tem de haver dinamização da parte das coletividades e associações, porque quem monta a festa toda é a Câmara Municipal, limitando-se as respetivas comissões

a colocar uns toiros, ranchos folclóricos e pouco mais, sendo que o montante inscrito em Orçamento para as horas extraordinárias até é pouco, dado que são os trabalhadores da Autarquia que montam e desmontam tronqueiras e colocam o areão.

O SENHOR PRESIDENTE disse que a aposta da Câmara Municipal sempre foi servir a sua população, e questionou que outro Município terá, ao nível de equipamentos para a massificação do desporto e da cultura, as mesmas condições que tem o concelho de Benavente, porque efetivamente uma coisa é ter uma infraestrutura para realizar uma grande iniciativa, e outra coisa é fazer um levantamento e concluir que 50% da população escolar faz uma atividade física e/ou cultural no concelho, porque existe um conjunto de equipamentos que permite isso mesmo.

Afirmou que era fácil existirem três ou quatro campos de futebol, em vez de oito ou nove, ter uma grande infraestrutura na sede do concelho ou em Samora Correia, em vez de um centro sociocultural em cada localidade, ter apenas três pavilhões gimnodesportivos, em vez de seis ou sete, mas a estratégia da Câmara Municipal nunca foi essa, mas sim a de proporcionar à sua população a prática desportiva.

Disse não ter dúvidas que a construção das diversas infraestruturas foi devidamente articulada e foi o caminho traçado pela Câmara Municipal, que considerou certo.

Sendo certo que a Câmara Municipal podia ter tido um desvario, à semelhança de outras autarquias que atualmente estão na situação que todos conhecem, e cujas populações hoje, amanhã e nos próximos anos vão ter que pagar seriamente esses projetos megalómanos, quando provavelmente os concelhos não tinham condições para desenvolver esses mesmos projetos.

Referiu que estando hoje em apreço o investimento que a Câmara Municipal de Benavente pretende fazer e a sua capacidade de resposta, outras há que, nesta altura, não têm condições financeiras para fazer o que quer que seja.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, considerou que a Câmara Municipal não fez nada de extraordinário com a sua gestão, porque a gestão cuidada constitui uma obrigação de quem está nos cargos públicos e quem não a fez, será responsabilizado.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando a palavra, disse que a gestão feita pela Câmara Municipal tem um valor que não lhe pode ser tirado, havendo méritos naquilo que foi feito.

Afirmou que a Estrada da Foz é uma variante feita numa perspetiva de futuro, tendo em conta que o crescimento de Benavente far-se-á no sentido da expansão das Areias, e em função de não se terem cumprido as expectativas de crescimento, não faz sentido ter já iluminação.

Considerou que tudo o que sempre tem dito em relação ao turismo vai de encontro a tudo o que os senhores vereadores referiram nesta reunião, sendo que efetivamente a Câmara Municipal tem que ter um produto, para depois o poder vender, e importa melhorar o embelezamento e a imagem urbana, mas para tal, seria fundamental que fossem disponibilizadas condições para avançar com o projeto de reabilitação urbana.

Acrescentou que o turismo prende-se com questões do ponto de vista económico e com a capacidade que o concelho tem para desenvolver um conjunto de projetos que poderá trazer até si não só o turismo nacional, mas também o internacional.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ MATEUS ROCHA perguntou qual o custo anual da tenda que a Câmara Municipal costuma alugar por ocasião das tasquinhas de Benavente.

O SENHOR PRESIDENTE respondeu que esse custo se situa nos cinco mil euros, acrescido de IVA.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ MATEUS ROCHA disse não perceber por que razão a Câmara Municipal despense anualmente aquela verba para aquela finalidade, quando não tem uma obra que tenha dimensão para fazer um festival de folclore, ou outro grande evento.

Afirmou que felizmente conhece um pouco o País de norte a sul, conhece muitos concelhos e tem visto muitas obras, e sendo certo que no concelho de Benavente também há obras boas, não se fez nenhuma de grande dimensão.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA observou que ainda não obteve resposta à sua proposta de baixar o IMI mais um ponto ou dois.

O SENHOR PRESIDENTE disse que as propostas relativas aos impostos diretos vão ser discutidas na reunião do Executivo da próxima segunda-feira.

No entanto, clarificou que a questão do IMI é para si muito clara, sendo que a sua proposta foi construída na perspetiva que a Câmara Municipal sempre tem tido de se adaptar as condições que tem, pelo que vai baixar agora a taxa do IMI, com o compromisso de que efetivamente, se for necessário, no próximo futuro essa mesma taxa terá que ser reposta.

Acrescentou que foi equacionada a descida daquela taxa para 0,38%, salvaguardado que está o equilíbrio que deve haver, porque embora a receita do Município de Benavente vá aumentar duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e dezasseis euros, há que ter em conta os cento e doze mil euros do FAM, montante que, comparativamente ao Orçamento anterior, se constitui como mais um encargo, sendo que a redução da taxa do IMI traduzir-se-á numa redução de receita na ordem dos duzentos mil euros.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, explicitou que, em termos técnicos, daria para acomodar a descida do IMI até aos 0,38% no ano de dois mil e quinze sem grande sobressalto.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando o uso da palavra, referiu que há sempre fatores aleatórios e exemplificou que embora a receita prevista do IMT se situe em um milhão e meio de euros, em dois mil e dezasseis a Câmara Municipal vai perder um terço desse montante, não podendo correr riscos.

Realçou que a fórmula para determinar o valor patrimonial dos prédios tem em conta a idade dos edifícios, bem como o índice de construção, e ele próprio colocou essa questão na CNAPU (Comissão Nacional de Avaliação dos Prédios Urbanos), dizendo com ênfase que se a lei determina que uma casa, ao fim de determinados anos, passa a ter outro coeficiente, que dá uma redução significativa no valor patrimonial que se traduz no que efetivamente cada contribuinte paga, deveria ser o próprio Estado a assumir que o recálculo do valor patrimonial dos prédios é um ato imediato.

Disse que há algumas movimentações e posições assumidas, nomeadamente da DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), podendo eventualmente haver alguma tomada de medidas que permitam aquela atualização todos os anos.

Observou que é entendimento da CNAPU que o recálculo do valor patrimonial dos prédios deve resultar da iniciativa dos próprios, que devem solicitá-lo junto das Finanças.

Recordou que a nova Lei das Finanças Locais determina que a Câmara Municipal teria que estabelecer um Quadro Plurianual, vinculativo para o próximo ano, no qual as questões da Despesa ficassem desde logo contidas, e tendo a Associação de Municípios Portugueses considerado que como essa situação não está regulamentada, não haveria condições para se determinar a plurianualidade nos

termos pretendidos, o Executivo acolheu esse princípio como bom e, como tal, não vai estabelecer o Quadro Plurianual.

Contudo, tal não impediu que fossem consideradas, até ao final do mandato, situações cujas despesas são certas e permanentes.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DR. HERMÍNIO DA FONSECA, transmitiu que foi ultrapassado o prazo de cento e vinte dias estabelecido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, sem que tivesse ocorrido a publicação da regulamentação dos elementos constantes do Capítulo IV desse mesmo Regime Financeiro.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e vinte e três minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, em regime de substituição, a subscrevi e assino.